

PREFÁCIO – Carmen Tiburcio	xv
I. INTRODUÇÃO	1
1. Objeto de estudo	3
2. Breves notas sobre o estudo teórico no domínio do direito internacional privado	7
3. Método e roteiro	10
II. A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	13
1. Carta rogatória	13
2. Auxílio direto	21
3. Extradicação e transferência de presos	30
4. Síntese	33
III. OS CONCEITOS BÁSICOS	35
1. Sentença estrangeira, homologação e delibação	35
2. Ainda a sentença estrangeira	39
2.1 Pressupostos	42
2.2 Sentença estrangeira: impacto da Lei 11.441/07	45
2.3 Natureza	49
3. Exequibilidade e eficácia da sentença estrangeira	50
4. Efeitos da sentença estrangeira em espécie	51
4.1 Efeitos típicos próximos (reconhecimento)	52
4.2 Efeitos atípicos	58
4.3 Efeitos (típicos) remotos	59
IV. OS EFEITOS DA SENTENÇA ESTRANGEIRA QUE NÃO DEPENDEM DE HOMOLOGAÇÃO E NEM SEQUER DE RECONHECIMENTO: ATÍPICOS E REMOTOS	61
1. Efeitos atípicos da sentença estrangeira	62
1.1 Sentença estrangeira como prova	63

1.1.1 Sentença estrangeira como prova de fatos passados no processo estrangeiro	67
1.1.2 Sentença estrangeira como prova de fatos apurados no processo estrangeiro	68
1.1.3 Sentença estrangeira como prova da lei estrangeira aplicável ao caso concreto	70
1.1.4 Prova emprestada do processo estrangeiro	71
1.2 Sentença estrangeira como título	73
1.3 Sentença estrangeira como norma	79
1.4 Sentença estrangeira como simples ato	81
1.4.1 Sentença estrangeira condenatória por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira (art. 7º, IV, do Estatuto do Estrangeiro)	82
1.4.2 Sentença estrangeira absolutória ou concessiva do perdão judicial (art. 7º, § 2º, d e e, do Código Penal)	83
1.4.3 Sentença estrangeira de separação no art. 7º, § 6º, da Lei de Introdução ao Código Civil	86
1.4.4 Reincidência internacional	88
2. Efeitos remotos da sentença estrangeira	89
2.1 Sentença estrangeira subjacente ao ato estrangeiro ou sobre ele incidente	91
2.1.1 Sentença estrangeira subjacente ao ato estrangeiro	91
2.1.2 Sentença estrangeira incidente sobre o ato estrangeiro	93
2.2 Sentença estrangeira subjacente ao fato estrangeiro	100
2.2.1 Código Penal	100
2.2.2 Art. 14 da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (Haia – 1980), promulgada pelo Dec. 3.413, em 14 de abril de 2000	102
2.2.3 Exceção de litispendência internacional	109
2.3 Sentença estrangeira de estado político	110
3. Temperamentos ao art. 483 do Código de Processo Civil	111

V. OS EFEITOS TÍPICOS PRÓXIMOS DA SENTENÇA ESTRANGEIRA E O RECONHECIMENTO SEM HOMOLOGAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL

1. Efeitos típicos da sentença estrangeira	121
--	-----

1.1 Efeitos típicos principais	121
1.1.1 Efeitos principais materiais	121
1.1.2 Efeito principal processual	124
1.2 Efeitos típicos secundários	126
1.2.1 Efeitos secundários materiais	128
1.2.2 Efeitos secundários processuais	132
2. Formas de reconhecimento: classificação	133
2.1 Reconhecimento automático	137
2.2 Reconhecimento mediante chancela oficial	138
3. Reconhecimento sem homologação: uma tendência mundial	141
4. Dispensa de homologação à luz da Constituição da República	149
4.1 Controvérsia acerca da possibilidade de dispensar-se a homologação em alguns casos	150
4.2 Nossa posição	155
5. Ulteriores temperamentos ao art. 483 do Código de Processo Civil	162
 VI. O ANTIGO ART. 15, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL E OUTROS CASOS INTERESSANTES	165
1. Art. 15, parágrafo único, da Lei de Introdução ao Código Civil (revogado)	167
1.1 Antecedentes históricos	168
1.2 Sentido	175
1.3 Incidência	177
1.4 Fundamentos	182
1.5 Vigência	184
1.6 Revogação	189
2. Art. 23 da Convenção relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional (Haia – 1993), promulgada pelo Dec. 3.087, em 21 de junho de 1999	190
3. Art. 63 do Código Penal	193
4. Art. 418 e outros do Código de Direito Internacional Privado (Código Bustamante – 1928), promulgado pelo Dec. 18.871, em 13 de agosto de 1929	198
5. Art. 14 da Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar (Montevideu – 1989), promulgada pelo Dec. 2.428, em 17 de dezembro de 1997, e outros	202
6. Art. 13 da Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar (1989), promulgada pelo Dec. 2.428, em 17 de dezembro de 1997	203

7. Art. 19 do Protocolo de Medidas Cautelares (Ouro Preto – 1994), promulgado pelo Dec. 2.626, em 15 de junho de 1998	206
8. Arts. 19, 20 e 21 do Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista, Administrativa (Las Leñas – 1992), promulgado pelo Dec. 2.067, em 12 de novembro de 1996	209
8.1 Art. 19.....	209
8.2 Art. 20.....	210
8.3 Art. 21.....	212
9. Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior (Manágua – 1993), promulgada pelo Dec. 5.919, em 3 de outubro de 2006, e outros casos de transferência de presos para o cumprimento de pena.....	213
10. Sentença estrangeira de jurisdição voluntária	218
11. Laudo arbitral estrangeiro.....	220
12. Reconhecimento da regra de conexão	224
VII. CONCLUSÃO	227
1. Síntese das ideias principais	236
2. Direito brasileiro no porvir.....	239
3. Palavras finais	244
BIBLIOGRAFIA.....	247
APÊNDICE.....	269